



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI MUNICIPAL Nº 175, DE 30 JANEIRO 1996

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR
EMPRÉSTIMO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E
A OFERECER GARANTIAS E DÁ PROVIDÊNCIAS
CORRELATAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, ES-
TADO DO ESPÍRITO SANTO;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou
e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal
autorizado a contratar empréstimos com a Caixa Econômica
Federal até o valor em moeda corrente e legal de R\$ 195.167,51
(cento e noventa e cinco mil, cento e sessenta e sete reais
e cinquenta centavos) destinados à execução de empreendimentos
integrantes do Programa "PRÔ-MORADIA";

Art. 2º - Para a garantia do principal
e acessórios dos empréstimos pelo Município para a execução
de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade
indicada no Art. 1º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado
a utilizar parcelas de quotas do Fundo de Participação dos
Municípios e ou Impostos sobre Operações relativas à circulação
de Mercadorias e sobre Produção de Serviços de Transportes
Intermunicipal e de Comunicações - ICMS e do produto da arrecadação
de outros impostos, na forma da legislação em vigor
é na hipótese se sua extinção, os fundos ou impostos que
venham substituí-los, bem como na sua insuficiência, parte
dos depósitos bancários, conferindo à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,
os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamen-
te exequíveis no caso de inadimplemento;

Parágrafo único - Os poderes previstos
neste artigo, só poderão ser exercidos pela CAIXA ECONÔMICA



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FEDERAL na hipótese de o Município não ter efetuado , no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com a mesma:

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal consignará nos orçamentos anual a ser estabelecidas para os empréstimos por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta Lei:

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal baixará os atos próprios para regulamentação da presente Lei:

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário:

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se:

Marechal Floriano, 30 de janeiro de 1996

ELIAS KIEFER
PREFEITO MUNICIPAL

